Fontes para o Estudo da Imigração Portuguesa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro [1]

*Charleston José de Sousa Assis**
*Leila Menezes Duarte***
*Anderson Fabricio Moreira Mendes****

Introdução

O Rio de Janeiro transformou-se em pólo de grande atração para imigrantes europeus, especialmente portugueses, durante aproximadamente cem anos, desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX.

Inicialmente, o projeto de imigração foi desenvolvido pelo Estado Imperial, mas, a partir do Ato Adicional de 1834, essa competência foi passada para as Províncias. Em 1840, a Província do Rio de Janeiro definiu sua atuação nos contratos com empresários ou companhias organizadas para a implantação de colônias agrícolas.

O papel central de gestor desse projeto atribuído às Províncias e, depois da instalação da República, aos Estados, explicam o grande volume de documentos que se encontra sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, referente à imigração européia para o Brasil, em meio à qual se destaca a população de origem portuguesa.

Detentor de um grande acervo proveniente de diversos órgãos públicos da província e do antigo estado do Rio de Janeiro, e do estado da Guanabara, o Arquivo Público guarda a memória político-administriva e a memória social do Rio de Janeiro. A instituição custodia conjuntos documentais que datam do século XVIII aos nossos dias, com mais de 3 mil metros lineares, reunindo documentos textuais, mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfilmes.

---

[1] Este texto foi escrito por pesquisadores da Divisão de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e contou também com a participação de Branno Hocherman Costa e de Flávio Roberto Amieiro da Silva Júnior, na fase de pesquisa.

* Mestre em História e pesquisador do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.
** Doutoranda em Direito, Mestre em História e Diretora da Divisão de Pesquisa e Informação do APERJ.
*** Graduado em História e pesquisador do APERJ.

Sobre o movimento de imigração portuguesa no Brasil, o acervo que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ oferece inúmeras possibilidades de pesquisa que serão apontadas ao longo do texto. Para uma identificação prévia desse material passamos a listar e caracterizar os fundos nos quais os documentos sobre a imigração portuguesa estão reunidos:

Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro (1756 a 1889): reúne 90 metros lineares de documentos manuscritos de diversos órgãos administrativos da Província, entre códices e documentos esparsos; álbum de fotografias de Marc Ferrez que registra a construção das obras de canalização do Rio São Pedro, plantas e mapas referentes a obras públicas, estradas, pontes e vias férreas, entre outros. Integram esse acervo também os Livros de Registros Paroquiais de Terras, referentes às propriedades fundiárias, seus proprietários e os limites territoriais nas freguesias e municípios da Província, em meados do século XIX. Além do tema imigração, os documentos fornecem informações sobre escravidão, questões agrárias, obras públicas, finanças, instrução pública, paróquias, irmandades, polícia, Poder Judiciário e Poder Legislativo municipal e provincial.

Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1889 a 1951): reúne 150 metros lineares de documentos manuscritos e datilografados de diversos órgãos estaduais, além de mapas e plantas referentes a diversos municípios, estradas de ferro, limites do estado, planos rodoviários, entre outros, abrangendo os seguintes temas: imigração, agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; polícia; saúde; entre outros.

Casas de Detenção da Corte e do Distrito Federal (1860 a 1969): reúne 523 livros e cerca de 40 metros lineares de documentação avulsa. Compõe-se de livros de matrículas de homens e mulheres adultos, menores, pessoas livres e escravos, contendo as seguintes informações: nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor da pele, razão da prisão, sinais característicos e descrição da vestimenta ao ser preso.

Fundo Instituto Médico Legal (1907 a 1960): reúne cerca de 60.000 laudos referentes a Exames Cadavéricos (mortos) e 180.000 laudos de Exame

de Corpo de Delito (vivos), num total de 350 metros lineares, contendo informações pessoais e sócio-profissionais dos periciados.

Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro (1918 – 1983): este acervo é composto de aproximadamente 1 milhão e 800 mil fichas de identificação de atividades políticas; 750 metros lineares de documentos produzidos pela polícia política, e documentos e objetos apreendidos nas diligências policiais; 50 mil fotos; discos, fitas audiomagnéticas, filmes e microfilmes. A documentação acumulada tem origem em órgãos federais (até 1960); nos do Estado do Rio de Janeiro (1934 - 1975) e do Estado da Guanabara, (1960 - 1975); e nos órgãos do novo Estado do Rio de Janeiro (1975 – 1983). O acervo reúne prontuários individuais de presos condenados ou detidos; dossiês temáticos; livros de protocolo de entrada e saída de correspondência; livros de registro dos serviços de plantão das diversas seções da Delegacia; boletins e relatórios reservados; relatórios administrativos de atividades diárias; relatórios anuais; documentos funcionais; mapas de presos; dossiês contendo recortes de jornais; negativos e ampliações fotográficas; discos e filmes; além de uma vasta documentação apreendida de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário; e de associações operárias, anarquistas, comunistas e integralistas.

Possibilidades de Pesquisa sobre Imigração Portuguesa no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

A partir das primeiras décadas do século XIX, a Província do Rio de Janeiro transforma-se na região mais representativa da produção econômica do Brasil principalmente por sua lavoura cafeeira, concentrada basicamente em alguns municípios do Vale do Rio Paraíba, e por sua lavoura canavieira, no norte da Província. A produção de café apresenta um crescimento espantoso: de um montante de mais de dois milhões de arrobas em 1836-37, a região passou a uma média de oito milhões, na década de 1850, atingindo o máximo de quase nove milhões e meio de arrobas em 1855-56[2]. Entretanto, até o final desse período de expansão, na década de 1870, a mão de obra utilizada nas duas regiões produtivas era a escrava.

[2] TAUNAY, Affonso d'Escragnole, Historia do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 51.

Apesar do interesse crescente do Império em fomentar a imigração de mão-de-obra européia, a partir das pressões inglesas para a extinção do tráfico de escravos e, mais especialmente, depois dessa extinção, em 1850, no Rio de Janeiro a prioridade era trazer colonos para formar novos núcleos de povoamento. O projeto de transferência de mão-de-obra livre para as fazendas de café e cana-de-açúcar se chocava com os interesses e a mentalidade escravocrata dos grandes latifundiários da região que, após 1850, optaram pelo tráfico interprovincial de escravos para o suprimento de mão-de-obra para a lavoura.

No entanto, constata-se um afluxo de imigrantes portugueses para o Vale do Paraíba Fluminense para a formação de colônias agrícolas. Isso pode ser verificado, nas listagens das hospedarias que recebiam esses imigrantes, como as dos Núcleos Coloniais de Vargem Alegre, Campo Belo e Boa Vista, em Piraí e Barra do Piraí, do fundo Presidência do Estado e, também, na série quiais de Terrai de Terras, de 1850, esse conjunto de assentos ficava a cargo dos párocos que registraram muitos desses proprietários de terras como portugueses. Na verdade, o Vale do Paraíba Fluminense foi sendo ocupado por estes imigrantes que lá chegavam em fluxos migratórios cujos padrões merecem ser melhor estudados.

Mas não foi somente como lavradores que os portugueses se fixaram na província do Rio de Janeiro. Com um importante crescimento agrícola , era urgente a construção de estradas, vias férreas e pontes sobre os rios para o transporte e escoamento de sua produção agrícola, e a ampliação de suas instalações portuárias e sua infra-estrutura urbana. Nessas condições, tornava-se inadiável a exigência de mão-de-obra para a implementação dessas obras públicas. Foi para esse tipo de trabalho que se destinou com mais freqüência a população de imigrantes portugueses que chegava à Província do Rio de Janeiro, não somente entre as décadas de 1830 e 1840, como identificou Luiz Felipe de Alencastro[3], mas durante todo o transcurso do século XIX, como demonstram inúmeros documentos do acervo do APERJ. É importante ressaltar ainda a presença de imigrantes portugueses como trabalhadores do setor terciário urbano e também das primeiras fábricas que se desenvolveram no final do século XIX e início do XX, especialmente na capital da província.

[3] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains à Rio de Janeiro – 1850/1872. Cahiers du C.R.I.A.R., nº 4 (Rouen, 1984), pp. 127, 128; 136. Apud PAMPLONA, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 74.

Como o Ato Adicional de 1834 transferia para as províncias a responsabilidade sobre a colonização e a imigração, o Rio de Janeiro regulamentou em 1840 a competência do presidente da Província em relação aos contratos a serem firmados com empresários ou companhias, para a organização e implantação de colônias agrícolas. Os colonos tinham a garantia de serem engajados em terrenos próximos às cidades, vilas ou povoações e, na ausência de terras devolutas ou sesmarias, o governo se comprometia a comprar, aforar ou, por qualquer outro meio legítimo, providenciar terra para ser distribuída aos colonos. Fixava isenção de pagamentos de serviço público, por quatro anos, e de impostos provinciais, exceto o de exportação, por dez anos, além da construção de infraestrutura adequada para o funcionamento da colônia, sendo asseguradas pelo governo da província as despesas necessárias, incluídos os gastos com o transporte dos colonos. Não era permitida a admissão de escravos nessas colônias[4].

O governo provincial considerava fundamental manter a estabilidade e a qualificação dos imigrantes, na tentativa de evitar a dispersão dos colonos e a falência da empresa, por isso priorizava a entrada de famílias e onos industriosos em todos os ramos de trabalho útilpreterindo os solteiros. O controle sobre o processo de imigração ficava a cargo do governo provincial tanto no que tangia à regulamentação quanto no que se referia à fiscalização das despesas feitas com as colônias, ao estado das obras para a instalação dos imigrantes e ao controle sobre os colonos aqui chegados.

Mas o governo imperial controlava de perto as atividades dos Presidentes das províncias. Em 1859, o Ministério do Império solicita ao Presidente do Rio de Janeiro um relatório minucioso sobre a data de criação e a situação das colônias, especificando o número de imigrantes; a superfície que ocupavam as áreas cultivadas e não cultivadas; o números de lotes medidos e disponíveis; a estatística recente e o número de foros e de estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais; as artes e os ofícios e o número de indivíduos a eles dedicados; os gêneros que produziam, os produtos exportados e importados e seu valor anual; os sistema de construção de casas; os melhoramentos necessários e todos os demais dados importantes para o funcionamento da colônia.[5]

---

[4] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Lei nº 226 de 30 de maio de 1840. In: Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1840. Rio de Janeiro. Typ. Do Diário de N. L. Vianna, 1846. pp. 138-142.

[5] APERJ, Fundo Presidência da Província, notação 0007.

A lei provincial de 1840 também estabelecia que, enquanto não se iniciasse o projeto, como medida de caráter emergencial, o Presidente da Província poderia mandar contratar até cem famílias de colonos, por meio de agente ou por contrato da sociedade promotora da colonização do Rio de Janeiro, para trabalhar nas obras públicas da Província como canteiros, pedreiros e ferreiros, vivendo em pequenas colônias formadas nos lugares em que os imigrantes estivessem empregados. Esses colonos, assim como os outros que se engajariam no trabalho agrícola, deveriam ir formando pequenas colônias sedentárias nos lugares em que estivessem empregados.

Uma farta documentação sobre a participação de imigrantes portugueses nessas obras públicas espalhadas pela província pode ser encontrada nos fundos Presidência da Província e Presidência do Estado, do acervo do APERJ. Esses documentos registram não somente os aspectos político-administrativos envolvidos na vinda dos imigrantes portugueses e sua instalação nesses trabalhos, mas também a gerência cotidiana dos problemas pelos quais passaram as inúmeras famílias que aqui chegavam, dando conta de suas esperanças e de seus sonhos, muitas vezes frustrados.

Alguns desses documentos apontam para problemas dos imigrantes com autoridades brasileiras, por causa de descumprimento do contrato, o que ocorria com certa regularidade. Foi o que aconteceu com Antônio dos Santos, José Francisco da Roza e Luiz Jacintho Camacho, colonos da ilha da Madeira, aqui chegados na Barca Amburguêza Thereza em 08 de dezembro de 1844. Esses imigrantes foram enviados a trabalhar nas obras da Serra da Estrela dez dias depois, onde permaneceram durante seis meses, como estipulado em contrato. Como ainda havia necessidade de seus serviços, trabalharam mais dois meses, ao fim dos quais foram demitidos pelo major Julio Corker sem as guias para receberem pagamento. À míngua, recorreram ao presidente da Província por socorro, ao mesmo tempo em que imploraram ajuda ao encarregado dos trabalhadores. Sensibilizado, ele lhes permitiu dormir no barracão com os demais colegas e comer de sua ração até obterem resposta do presidente.[6]

A situação exposta nos remete aos mecanismos de atração, transporte e cumprimento dos contratos dos europeus para viverem e trabalharem em terras brasileiras. Os documentos que se referem a essas temáticas estão bem representados no conjunto das fontes sobre imigração reunido no Arquivo Público. São relatórios, quadros estatísticos, fichas de

[6] APERJ: Fundo Presidência da Província, notação 0303, vol A.

identificação das famílias que emigravam, faturas para recebimento junto ao governo, minutas de contratos manuscritas e impressas, e contratos efetivamente celebrados entre particulares ou empresas e o poder público, fosse provincial ou imperial, e mais tarde estadual ou federal, que procurava orientar a vinda dos estrangeiros para setores da economia nos quais já se havia identificado a necessidade de trabalhadores. Essas fontes oferecem a possibilidade de inúmeros caminhos de investigação sobre a questão da imigração, pois nos permitem vislumbrar quem eram os agentes responsáveis pelo transporte, quanto eles recebiam por passageiro, qual o objetivo do Estado ao trazer os imigrantes, para onde eles iam ao chegar e quais as destinações finais, qual sua origem social e espacial, dentre outras possibilidades de pesquisa.

Um desses contratos para introdução de imigrantes europeus pode servir de exemplo para o que indicamos acima. Celebrado, em 27 de fevereiro de 1896, entre a Secretaria das Obras Públicas e Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e Jacintho Álvares Ferreira da Silva, que vencera a concorrência contra a Companhia Metropolitana, o contrato apresenta uma grande riqueza de detalhes. Nele, Ferreira da Silva comprometia-se a fornecer, em até dois anos, 1500 famílias (10 mil pessoas ao todo) oriundas da Espanha, Portugal, Açores, Madeira e Canárias.[7] O contrato determinava que os imigrantes do continente não deveriam exceder a metade do total e 85% dos imigrantes deveriam vir em família e estar dispostos a trabalhar na lavoura; os 15% restantes poderiam ser solteiros e dedicar-se ao artesanato ou à indústria. Mas a discriminação das características dos imigrantes ia mais longe. Nenhum deles poderia ter mais de 45 anos, e cada família deveria ter ao menos um homem adulto que contasse entre 18 e 40 anos. Somente ao chefe da família era permitido ter até 45 anos.[8]

Em meio à documentação pode-se encontrar essa mesma Companhia Metropolitana celebrando vantajoso contrato com o governo federal, que chamava a atenção pelos números fixados: 1 milhão de imigrantes em dez anos, a contar de 1º de janeiro de 1893. Eles deveriam vir da Europa e de possessões portuguesas e espanholas, nunca em número superior a 100 mil, nem inferior a 50 mil anualmente. Neste caso, 90% dos trabalhadores deveriam ser lavradores, enquanto os outros 10% poderiam ser constituídos de "artistas"e possuidores de "profissões úteis".

---

[7] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 37 – I, fls. 1, 2.
[8] Ibid.

Sônia Regina de Mendonça destaca em seu trabalho sobre a agricultura e o Estado no Brasil que o elevado número de agricultores entre os imigrantes que aqui chegavam representaram a potencialização da primitiva acumulação capitalista para o aprofundamento da dita vocação eminentemente agrícola do país[9]

A oferta de europeus vindos do campo era enorme. Paulo Pinheiro Machado nos lembra que opéia do século XIX deve ser compreendida dentro do amplo arco de transformações sociais, econômicas e políticas vividas por estes diferentes países[10], que passavam por profundas transformações agrárias, ocorridas em função da desarticulação do artesanato doméstico, da privatização de terras comunais e da quebra de antigos vínculos de subordinação[11]. Em sua opinião,

> o campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano [12].

Em 1850, a extinção do tráfico negreiro deu forte impulso ao movimento de imigração para a substituição da mão-de-obra escrava. Entre 1850 e 1950, cinco milhões de europeus, levantinos e asiáticos teriam entrado no território brasileiro e, no Censo de 1872, os portugueses ocupavam a segunda posição no contingente de estrangeiros, só ultrapassados pelos africanos. Com a aproximação da abolição da escravidão, o fluxo imigratório cresceu muito: em 1887 desembarcam no Brasil 32 mil imigrantes e, em 1888, com a escravidão já extinta, o número chega a 92 mil[13]. Toda a década de 1880 aponta um grande aumento no número de braços livres em todo o

---

[9] MENDONÇA, Sônia Regina de. Agricultura, poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia (orgs.). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998, p. 95.

[10] MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: UFRS, 1999, p. 43.

[11] Ibid., p. 44.

[12] Ibid., p. 45.

[13] ALENCASTRO, L.F; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes, in ALENCASTRO, L.F. (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 314.

Império. Em 1884, na província do Rio de Janeiro havia 131.204 de um total de 1.434.170 trabalhadores livres empregados na lavoura [14]. Em 1887, a província expedia 176 cartas de naturalização, como parte da política de imigração [15].

Mas até a década de 1870, a política de imigração esbarrava muitas vezes na escassez de recursos provinciais. O Presidente da província Manoel José de Freitas Travassos, em 1873, justificava o não cumprimento do decreto de 7 de dezembro de 1872 que autorizava a assinatura de um contrato para a introdução e o estabelecimento de 10.000 agricultores europeus, no prazo de 10 anos, e oferecia prêmios aos latifundiários que se comprometessem com tal projeto, afirmando que a província rem as despesas a fazer nos recursos ordinários da fazenda provincial ...[16].

Com a forte pressão sobre o fim da escravidão, à medida que as condições para a abolição se mostravam mais próximas, a imigração passou a contar com uma atuação maior do Estado: campanha abolicionista, tanto mais o governo imperial e principalmente o provincial agiam para suprir de mão de obra as lavouras (...), pois ficou patente que o número de imigrantes chegados era inferior às necessidades[17]. O incentivo à imigração passou a ser um objetivo prioritário na pauta de todos os Presidentes da província, como afirmava Fernandes Leão, Presidente da província do Rio de Janeiro em 1873:

> O nosso principal intento [é] (...) atrair a corrente imigratória, único meio nas circunstâncias atuais para não deixar definhar a lavoura, donde se origina a riqueza pública e particular, promovendo o povoamento dos núcleos, dando vulto à propaganda, de modo que com o aumento dos braços se possam desenvolver outras indústrias que trarão novas fontes de renda (...) Por meio de leis, de providências e medidas

[14] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1884. p.p. 33,34.
[15] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887, p. 29.
[16] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Apóstolo, 1873, pp. 50,51.
[17] HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral Da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico, 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 278.

> adequadas, principalmente com a iniciativa do lavrador, poderemos contar com esse importante fator de riqueza. (...) Com a organização de um serviço regular de propaganda, com a reorganização do serviço de medição de terras, feito de modo a facilitar aos colonos pronta e convincente colocação, com a adoção de medidas que lhe possam garantir o bem estar.[18]

A propaganda dos incentivos que o governo oferecia aos lavradores que recebessem imigrantes e dos benefícios concedidos aos imigrantes era uma rubrica importante na agenda do governo e dos agentes da imigração. No Brasil, o Presidente da província deveria fazer constar aos interessados por meio de publicações na Folha Oficial bem como nos jornais das localidades do interior da província, que o governo imperial concedia favores e incentivos aos lavradores que desejassem mandar vir da Europa trabalhadores para os seus estabelecimentos.

Na Europa, a propaganda ficava por conta dos agentes que contratavam com o governo a vinda dos imigrantes. Muitos desses contratos encontram-se em meio ao acervo do APERJ, revelando detalhes sobre as condições em que a imigração ocorria e sobre a propaganda feita na Europa, em que as vantagens e as condições oferecidas pelo governo aos que aceitassem vir para o Rio de Janeiro eram ressaltadas. Um desses contratos, já do período republicano, celebrado entre a Companhia Metropolitana e o Estado do Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1893, previa trazer 15 mil imigrantes, que deveriam declarar que permaneceriam no Estado do Rio. Essa era a forma de o governo proteger seus investimentos na imigração, pois era comum colonos partirem para outras localidades que oferecessem melhores condições de vida e ganhos materiais.[19]

Esse contrato previa rígidas regras para o transporte dos imigrantes: o navio deveria ser de primeira classe, ter acomodações apropriadas e higiênicas e a viagem não poderia durar mais de 22 dias.[20] Isso tinha sua razão de ser, visto que os problemas enfrentados por imigrantes na viagem e mesmo após sua instalação no país causavam péssima impressão no exterior. Exatamente por isso regras como essas tinham que constar dos contratos, demonstrando a preocupação das autoridades com a propaganda negativa, que poderia trazer péssimas conseqüências para a política de imigração do

[18] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Idem, p.p. 43,44.
[19] APERJ: Fundo PE, col. 32.
[20] APERJ: Fundo PE, col. 32.

Estado brasileiro. Nem sempre as autoridades envolvidas na confecção dos contratos davam importância à questão da segurança, higiene e conforto nos navios. Em nossa pesquisa encontramos uma minuta de contrato cuja expressão stituída por outra que permitia redução nos gastos.[21] Uma simples modificação como essa poderia acarretar concretos problemas e dificuldades na vida de milhares de imigrantes que vinham para o Brasil em busca de uma vida melhor, enfrentando cerca de três longas semanas de viagem.

De fato, as queixas acerca das péssimas condições dos navios que faziam o transporte dos imigrantes e das duras condições de vida no Brasil eram recorrentes desde o século XIX. Segundo Alencastro,

> dadas as dificuldades que passavam no transporte marítimo durante a travessia atlântica, às vezes assegurada pelos agentes e navios da antiga frota negreira, os imigrantes pobres portugueses mergulhavam quase inevitavelmente no universo dominado pelas práticas escravagistas.[22]

Os contratos previam também o pagamento por cabeça, sempre em libras ou em francos, e discriminavam os valores segundo faixas etárias. O vantajoso contrato de 1 milhão de imigrantes previa, por exemplo, que seriam pagas 6 libras esterlinas e 15 shillings (£6 – 15 – 0) para pessoas maiores de 12 anos; entre 7 e 12 anos seriam 3 libras, 7 shillings e 6 pence (£3 –7 – 6); dos 2 aos 6 anos seria 1 libra, 13 shillings e 9 pence (£1 – 13 – 9); menores de 2 anos não pagavam.[23]

Provavelmente os contratantes não conseguiram introduzir 1 milhão de imigrantes nos dez anos previstos. Entretanto, o exame da conjuntura da imigração na virada do século os autorizava a pensar que isso seria factível.

Segundo dados citados por Fernando Lázaro de Barros Basto, no curto período entre 1910 e 1920 entraram no Brasil 352.364 portugueses[24], sem contarmos os de outras nacionalidades. Marco Pamplona afirma que, na

---

[21] Ibid.

[22] ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 310.

[23] APERJ, Fundo Presidência do Estado, col. 32.

[24] BASTO, Fernando Lázaro de Barros. Síntese da história da imigração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ed., 1999, p. 12.

virada do século XIX para o XX, os portugueses eram o grupo de imigrantes mais numeroso do Rio de Janeiro, representando 17% dos habitantes da cidade e 71% dos imigrantes. Mais de 132 mil portugueses integravam a força de trabalho da cidade, segundo o Censo Municipal de 1906. Eram certamente o maior número dentre os 58% de estrangeiros que trabalhavam no comércio; de ¼ dos trabalhadores registrados no sindicato dos Estivadores entre 1903 e 1905; de 57% que atuavam entre os motorneiros de bondes entre 1880 e 1902; dentre os 53% dos empregados na construção civil; de 78% dos trabalhadores nas pedreiras; dos 62% dos inscritos no setor de transportes terrestres e dos 52% dos empregados nas indústrias de alimentos.[25] Sua presença era notada em meio aos trabalhadores de rua ou aos operários especializados das grandes fábricas.

Segundo Pamplona, os portugueses foram vistos como usurpadores dos empregos dos brasileiros – e também das mulheres brasileiras, uma vez que a relação era de 319 imigrantes portugueses para cada 100 portuguesas que aqui chegavam – tornando-se alvo de pilhérias e de desprezo na imprensa nativista, nas ruas, e mesmo nos romances da época, por supostas preferências pela monarquia e por sua igualmente suposta avareza.[26]

A história de um espancamento de pescadores portugueses em Macaé é bastante representativa desse sentimento antilusitano. Em 29 de março de 1910, um pescador português chega à janela de sua casa, situada à Praça Visconde do Rio Branco 22, e dirige à rua alta voz, no momento em que passavam por ali quatro policiais. Segundo inquérito realizado pelo delegado de Macaé e enviado ao chefe de Polícia, os policiais se dirigem indignados à casa do pescador para ões[27], o que significou, segundo denúncia escrita do Visconde de Salgado, vice-cônsul de Portugal, ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, o espancamento de vários pescadores portugueses ali residentes. A denúncia do vice-cônsul registrava que ao invés de quatro, foram vinte os policiais que participaram do ato, dos quais oito teriam ficado feridos.[28]

Deixando para os especialistas em história social a tentativa de estabelecer as motivações de cada um dos dois lados do relato desta história, cabe-nos inscrever este conflito, localizado em uma pequena cidade do interior fluminense, numa perspectiva maior, tanto no plano espacial quanto

[25] PAMPLONA, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 58.
[26] Ibid.
[27] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.
[28] Ibid.

no plano das mentalidades coletivas: a dos sentimentos antilusitanos no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.

A atitude do delegado poderia estar relacionada a tal sentimento. E se houve exagero por parte do vice-cônsul, não seria uma estratégia para sensibilizar as autoridades, que geralmente se colocavam contra os portugueses em situações como estas? Em uma outra carta dirigida a Alfredo Backer, então presidente do Estado, o vice-cônsul novamente intervém por seus compatriotas, desta vez em termos mais comoventes. Informa que os pescadores eram litados de ir ao mar por causa do ocorrido e que foram assaltados pelos policiais, os quais lhes levaram dinheiro e pequenas jóias. Respeitosamente, solicita que a presidência do Estado lhes compense o prejuízo. O caso foi encerrado com a anotação do chefe da tesouraria do Estado na lateral do documento: que os reclamantes busquem na Justiça seus direitos.[29]

Além dos documentos que registram os aspectos político-administrativos do movimento de imigração portuguesa para a província e o estado do Rio de Janeiro, o acervo do APERJ também disponibiliza uma importante documentação sobre as sociedades beneficientes portuguesas, que aqui se constituíram como uma das marcas da presença portuguesa no Brasil, desde o século XIX. Ofícios, solicitações, abaixo-assinados e estatutos estão entre os documentos dessas entidades. Uma delas, a Sociedade Portuguesa de Beneficiência de Campos, ao solicitar autorização para retomada de suas atividades, lembra às autoridades o papel fundamental que desempenhou durante a epidemia de cólera em 1855, ocasião em que prestou atendimento gratuito às vítimas.[30]

Outro conjunto documental de nosso acervo que oferece enormes possibilidades de pesquisa sobre a imigração portuguesa ao Brasil são os livros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, nos quais podem ser encontrados praticamente todos os temas relevantes para a história social. Nas palavras de Carlos Eugênio Líbano Soares, que se utilizou desta documentação para analisar os capoeiras na segunda metade do século XIX, dentre os quais encontravam-se alguns portugueses, tais livros são, ssoais sobre indivíduos das classes populares no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX[31]

---

[29] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.

[30] APERJ, Fundo Presidência da Província, notação 0303 – vol. A.

[31] SOARES, Carlos Eugenio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998, p. 137.

A Casa de Detenção foi criada pelo decreto nº 1774, de 02 de julho de 1856[32], para substituir o Aljube, uma antiga masmorra eclesiástica desativada, e fazia parte do complexo penitenciário onde se encontravam também o Calabouço e a Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro. Embora também pudesse abrigar presos condenados, sua principal função era manter detidos aqueles que ainda não tinham sido condenados ou que tinham cometido pequenos delitos sem pena.[33] A Casa de Detenção era utilizada primordialmente para detenções de curta duração.

Esse conjunto documental pode permitir a tabulação da origem dos detidos (nacionalidade e naturalidade de estrangeiros e brasileiros), as categorias ocupacionais (artesãos, trabalhadores de rua, operários), as faixas etárias, a cor da pele, os locais de prisão e os motivos da prisão. Dados como esses oferecem múltiplos caminhos para pesquisas.

Muitos portugueses deram entrada na Casa de Detenção, ao longo de sua existência. Para efeito de demonstração, efetuamos uma pesquisa por amostragem em livros de matrículas de detentos e obtivemos um significativo número de portugueses registrados neles. Foram pesquisados 45 livros, no intervalo entre 1880 e 1920, período de intensa imigração, e encontrou-se o representativo número de 9026 detentos portugueses. Para que se tenha uma idéia, um dos livros, com matrículas de 21/12/1893 a 13/02/1894 (menos de dois meses, portanto), possui registro de 272 portugueses. Tal informação ganha maior relevo ainda quando se sabe que cada livro cobre cerca de mil registros. Fica para os historiadores a tarefa de explicar por que tantos portugueses tiveram passagem pelo sistema prisional do Rio de Janeiro, ao lado de outros estrangeiros e, claro, dos nativos.

Apresentamos alguns registros envolvendo imigrantes portugueses contidos em documentos do APERJ como forma de propor o uso das fontes existentes em nosso acervo aos historiadores preocupados com a dinâmica da imigração portuguesa e a inserção dos portugueses na sociedade brasileira de meados do século XIX a meados do XX. Optamos por uma exposição panorâmica que desse conta, ao mesmo tempo, das diversidades cronológica, temática e tipológica das fontes. Mais que descrever ou listar nossa documentação acerca da imigração portuguesa, pretendemos colocar em destaque tanto a parte do acervo que trata dos aspectos político-

[32] BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857, pp. 294-301.

[33] SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: APERJ, 1998, p. 136.

administrativos do movimento de imigração quanto a que registra os desdobramentos sociais desse processo.

Porém, além dos fundos citados — o da Presidência da Província do Rio de Janeiro, o da Presidência do Estado do Rio de Janeiro, e o da Casa de Detenção — outra parte do acervo do Arquivo Público do Estado também pode representar importante fonte para o estudo sobre a imigração portuguesa: é a referente ao Instituto Médico Legal. Essa parte do acervo reúne os laudos periciais da Polícia do Rio de Janeiro que identificam as características físicas (sexo, idade, cor) e sócio-profissionais (nível de instrução, profissão, endereço) das pessoas submetidas aos exames de corpo-de-delito e às necropsias. Essa documentação pode ser utilizada para identificação de crimes e de casos de violência envolvendo portugueses que aqui habitavam, o que era freqüente, especialmente levando-se em consideração o sentimento antilusitano que continuamente desencadeava conflitos urbanos no Rio de Janeiro, na virada do século XIX e primeiras décadas do XX.

Para um período mais recente do século XX, o acervo produzido pela Polícia Política do Rio de Janeiro também pode ser uma fonte valiosa para identificar a presença de portugueses no Brasil. Os documentos desse acervo apresentam registros de investigação policial sobre suposta infiltração de portugueses ligados ao Partido Comunista Português no Brasil; processos de expulsão de imigrantes, dentre os quais o maior registro é de portugueses; de fichas de naturalização de suspeitos de serem comunistas; de listas de diplomatas; e de movimentos de apoio entre imigrantes, dentre outros. São expressivos também os registros policiais feitos na década de 1970, que acompanham o processo de descolonização de Angola e a vinda de portugueses para o Brasil, bem como os desdobramentos da Revolução de 1974. Neles podem ser encontradas listas de passageiros portugueses que aqui se refugiaram; registro da vigilância policial sobre eles exercida; relatórios sobre as reações do governo brasileiro frente ao processo político português, e sobre a infiltração comunista portuguesa no Brasil, dentre outros.

Concluímos esse texto reafirmando a importância da documentação que registra a presença do imigrante português no Rio de Janeiro e se encontra sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Esse acervo oferece inúmeras possibilidades de pesquisa a todos aqueles que desejam investigar a imigração portuguesa no Brasil descortinando as motivações, os sonhos, ilusões, tristezas e alegrias dos milhões de portugueses que escolheram este país como lar, e contribuíram para a construção da nação que seus próprios antepassados batizaram com o nome de Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BASTO, Fernando Lázaro de Barros. Síntese da história da imigração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ed., 1999.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral Da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico, 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: UFRS, 1999.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Agricultura, poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia (orgs.). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998.

PAMPLONA, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Lei nº 226 de 30 de maio de 1840. In: Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1840. Rio de Janeiro. Typ. Do Diário de N. L. Vianna, 1846.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1884.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Apóstolo, 1873.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole, Historia do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

FONTES DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APERJ, Fundo, Presidência da Província notação 0007.

APERJ: Fundo Presidência da Província, notação 0303, vol A.

APERJ, Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.

APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 32.

APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 37 – I, fls. 1, 2.

APERJ: Fundo Casa de Detenção do Rio de Janeiro, Livros do período de 1880 a 1920.